



**UNIVERSIDADE  
FERNANDO  
PESSOA**

## **Realidade Social Educativa do Bairro do Cerco do Porto: Contributos para uma Intervenção Mais Inclusiva**

[The Social Educational Reality of Porto's Cerco Neighborhood: Contributions to a More  
Inclusive Intervention]

Projeto de Graduação

Licenciatura em Criminologia

Ricardo André Moutinho Valente

Orientadora:

Prof. Dra. Marta Matos

Junho 2025



Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Criminologia

Porto, 2025

Ricardo André Moutinho Valente

Projeto de Graduação

Realidade Social Educativa do Bairro do Cerco do Porto: Contributos para uma  
Intervenção Mais Inclusiva

A handwritten signature in black ink that reads "Ricardo Valente". The signature is written in a cursive style and is positioned above a solid horizontal line.

(Ricardo André Moutinho Valente)

Projeto de Graduação apresentado à  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,  
da Universidade Fernando Pessoa, como  
parte dos requisitos necessários para a  
obtenção do Grau de Licenciado do Curso  
de Criminologia, sob orientação da  
Professora Doutora Marta Matos

## **Dedicatória**

Dedico este projeto a todos os profissionais  
envolvidos na minha formação

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, expresso o meu profundo agradecimento à Universidade Fernando Pessoa, instituição onde tive o privilégio de crescer académica e pessoalmente, e onde desenvolvi os conhecimentos e valores que sustentam este projeto.

Agradeço, de forma especial, à Professora Doutora Marta Matos, minha orientadora, pela orientação rigorosa, pela disponibilidade constante e por todo o apoio, confiança e incentivo que foram fundamentais ao longo de todo este percurso de investigação.

Ao Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto, onde realizei o meu estágio, deixo um sincero agradecimento por me terem acolhido de forma tão generosa e por me terem permitido observar de perto realidades tão significativas para a minha formação. Uma menção especial à Dra. Mafalda, Dra. Tânia e Dra. Sara, profissionais que, pela sua entrega e humanidade, deixaram uma marca profunda no meu trajeto académico e pessoal.

Não posso deixar também de agradecer também a todos os professores com quem tive o privilégio de contactar durante esta formação, cujo contributo foi essencial para a construção do conhecimento que aqui apresento.

Num registo mais pessoal, o meu maior e mais sentido agradecimento vai para o meu pai. Pela força, pelo amor incondicional, por nunca ter desistido de mim, mesmo nos momentos mais difíceis. Por cada sacrifício feito em silêncio, por cada esforço incansável para me garantir um futuro melhor. Nada disto seria possível sem ti.

Agradeço ainda à minha mãe, ao meu tio e ao Cléber, por terem estado presentes e disponíveis na escuta e no apoio durante este meu percurso académico.

Por fim, um agradecimento especial aos amigos que a praxe desta Universidade me deu. Não precisando mencionar nomes, porque eles sempre saberão quem são e serão sempre uma parte fundamental da minha caminhada. Obrigado por cada riso, cada abraço e por tornarem esta etapa tão mais leve e especial.



## Resumo

O presente projeto de investigação tem como objetivo compreender a realidade social e educativa do Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto, com especial enfoque na forma como a abordagem dos obstáculos e dificuldades presentes neste contexto influencia a trajetória pessoal e profissional das crianças e jovens que aí residem. Através de uma metodologia qualitativa, de cariz exploratório e descritivo, sustentada no paradigma crítico, foram realizadas entrevistas semiestruturadas a profissionais de diferentes áreas, educação social, ação social, psicologia, ensino, entre outras, envolvidos no quotidiano deste território. A investigação procurou, assim, identificar os principais entraves ao sucesso escolar e à inclusão social, analisar práticas institucionais que podem ser promotoras ou, pelo contrário, perpetuadoras de exclusão, e recolher diferentes perspetivas sobre as mudanças necessárias, tanto ao nível local como estrutural. A escolha da amostragem intencional permitiu selecionar participantes com conhecimento profundo do contexto, assegurando uma recolha de dados rica e significativa. A análise de conteúdo das entrevistas visou captar padrões de resposta, experiências pessoais e profissionais, e a perceção dos entrevistados sobre as dinâmicas educativas e sociais que moldam o percurso dos jovens no território. O projeto procurou, ainda, valorizar a voz dos profissionais como agentes fundamentais de transformação, reconhecendo o impacto das políticas públicas, da cooperação interinstitucional e da escuta ativa na construção de respostas mais inclusivas. A investigação assume-se, assim, como um contributo para a reflexão crítica sobre desigualdades sociais e educativas em contextos periféricos e vulneráveis, promovendo o debate sobre práticas mais humanizadas, eficazes e integradas. Além da produção de conhecimento académico, o estudo ambiciona sensibilizar para a urgência de uma ação educativa e social mais comprometida com os direitos das crianças e dos jovens, defendendo uma abordagem que vá além da intervenção assistencialista e que promova uma cidadania plena e ativa. Em suma, este trabalho representa uma tentativa de compreender as múltiplas dimensões da exclusão e da inclusão neste território específico, e de contribuir para a construção de soluções informadas, participadas e sustentáveis.

**Palavras-chave:** Inclusão educativa, Bairro do Cerco do Porto, Infância e juventude, Desigualdade social, Intervenção comunitária, Práticas institucionais.



## **Abstract**

The aim of this research project is to understand the social and educational reality of the Cerco do Porto School Group, with a special focus on how addressing the obstacles and difficulties present in this context influences the personal and professional trajectory of the children and young people who live there. Using a qualitative, exploratory and descriptive methodology, based on the critical paradigm, semi-structured interviews were carried out with professionals from different areas - social education, social action, psychology, teaching, among others - involved in the daily life of this area. The research thus sought to identify the main obstacles to school success and social inclusion, analyze institutional practices that can promote or, on the contrary, perpetuate exclusion, and gather different perspectives on the necessary changes, both at a local and structural level. The choice of purposive sampling made it possible to select participants with in-depth knowledge of the context, ensuring rich and meaningful data collection. The content analysis of the interviews aimed to capture response patterns, personal and professional experiences, and the interviewees' perceptions of the educational and social dynamics that shape young people's lives in the area. The project also sought to value the voice of professionals as fundamental agents of transformation, recognizing the impact of public policies, inter-institutional cooperation and active listening in building more inclusive responses. The research thus contributes to critical reflection on social and educational inequalities in peripheral and vulnerable contexts, promoting debate on more humanized, effective and integrated practices. In addition to producing academic knowledge, the study aims to raise awareness of the urgent need for educational and social action that is more committed to the rights of children and young people, advocating an approach that goes beyond welfare intervention and promotes full and active citizenship. In short, this work represents an attempt to understand the multiple dimensions of exclusion and inclusion in this specific territory, and to contribute to the construction of informed, participatory and sustainable solutions.

**Key-words:** Educational inclusion, Cerco do Porto neighborhood, Childhood and youth, Social inequality, Community intervention, Institutional practices.



## Índice

1.	Introdução .....	1
2.	Capítulo I - Enquadramento Teórico.....	3
2.1.	Educação e Inclusão Social .....	3
2.2.	Desigualdades Sociais e Contextos Educativos.....	3
2.3.	A Comunidade Cigana em Portugal .....	4
2.4.	Escola e Comunidade: Caminhos de Intervenção Positiva .....	4
3.	Capítulo II - Caracterização da comunidade e das EB's abrangidas pelo estudo e investigação .....	7
4.	Capítulo III - Os problemas que efetivamente se apresentam e/ou o porquê de estes existirem .....	9
5.	Capítulo IV - Contribuição Empírica .....	13
5.1.	Objetivo Geral .....	13
5.2.	Objetivos Específicos .....	13
5.3.	Metodologia.....	13
5.3.1.	Metodologia da Investigação.....	13
5.3.2.	Métodos, Técnicas de Recolha e Análise de Dados .....	14
5.3.3.	Amostra e Participantes .....	14
5.3.4.	Procedimentos .....	15
5.3.5.	Resultados Esperados .....	16
5.3.6.	Aspetos a considerar para futuras investigações .....	17
6.	Conclusão.....	19
7.	Referências Bibliográficas .....	21
8.	Anexos .....	23



## **Lista de Abreviaturas, Siglas, Símbolos ou Acrónimos**

ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

AECP – Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto

CNPDPJ - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

ENICC - Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

RSI – Rendimento Social de Inserção

TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária



## **1. Introdução**

O presente projeto tem como propósito não apenas promover o debate e a problematização em torno da realidade vivida por comunidades marcadas por elevados níveis de vulnerabilidade social, em particular, na área abrangida pelo Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto, mas também evidenciar uma questão que despertou profundo interesse e motivou a escolha do tema desta investigação: a perceção de um estabelecimento de ensino que se encontra, metaforicamente, “entre dois fogos”. Por um lado, uma comunidade que apresenta fragilidades evidentes, como a exclusão social persistente, as condições de vida associadas a fenómenos de “ghetoização”, muitas vezes impostas por dinâmicas sistémicas, entre outros múltiplos fatores de risco. Por outro lado, um sistema educativo e institucional que, em diversos aspetos, não fornece os meios, a flexibilidade ou os recursos necessários para que as escolas possam intervir de forma eficaz, justa e adequada às reais necessidades dos seus alunos.

Neste contexto, pretende-se trazer à superfície questões que, apesar de muitas vezes invisíveis ao olhar externo, são bem conhecidas por quem está diretamente envolvido no terreno, como foi o caso da experiência adquirida durante o Estágio Curricular. Questões essas que se prendem, nomeadamente, com os obstáculos à intervenção precoce e preventiva junto de crianças e jovens em risco de exclusão e marginalização, e que frequentemente acabam por seguir trajetórias de delinquência ou mesmo criminalidade, precisamente por falta de respostas eficazes e articuladas.

Por fim, este projeto tem como objetivo principal fomentar uma reflexão crítica e construtiva acerca das falhas identificadas no sistema educativo, enquanto eixo estruturante desta análise, promovendo o debate e a formulação de soluções que possam ser aprofundadas em futuras investigações, nomeadamente a partir de outras perspetivas institucionais. A ambição subjacente é que estas discussões contribuam, de forma efetiva, para a construção de respostas mais coesas, equitativas e transformadoras, que assegurem um futuro mais digno, inclusivo e promissor para crianças e jovens em contextos de alto risco social.



## **2. Capítulo I - Enquadramento Teórico**

### **2.1. Educação e Inclusão Social**

A educação é um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática. Reconhecida então como um direito humano universal (Constituição da República Portuguesa, Art. 73º), a educação deve garantir não só o acesso, mas também a permanência e o sucesso de todos os alunos, independentemente das suas origens sociais, étnicas e/ou económicas. Neste sentido, o conceito de escola inclusiva tem ganho destaque nas últimas décadas, promovendo práticas pedagógicas que valorizam a diversidade e asseguram oportunidades equitativas de aprendizagem. Segundo Booth e Ainscow (2002), a inclusão vai para além da simples integração de alunos com necessidades especiais, devendo abranger todas as formas de exclusão e marginalização que afetam os alunos no espaço escolar, sendo estas sociais, culturais, linguísticas ou raciais. Contudo, a realidade educativa nestes contextos socioeconómicos e/ou culturais vulneráveis continua marcada por desigualdades porque nem sempre é possível romper estas “barreiras” estruturais que afetam as populações marginalizadas, como a comunidade cigana, frequentemente alvo de discriminação e de baixos níveis de escolaridade. A escola, mesmo que por vezes pareça impossível, deve assumir um papel transformador para estas comunidades, sendo capaz de mediar conflitos, servir como uma “ponte cultural” e tentar envolver toda a comunidade na promoção do sucesso educativo.

### **2.2. Desigualdades Sociais e Contextos Educativos**

A desigualdade social é um dos principais fatores que limitam o percurso educativo dos alunos em Portugal, onde diversos estudos mostram que crianças provenientes de meios socioeconómicos desfavorecidos, enfrentam maiores dificuldades de aprendizagem e apresentam maiores chances de absentismo e abandono escolar precoce (Teixeira, 2007; Alves 2003). Este fenómeno é explicado por Pierre Bourdieu (1986) de uma forma muito interessante, este afirma através do conceito de “capital cultural” que os conhecimentos, as práticas familiares e códigos linguísticos que os alunos levam consigo para a escola, quando não correspondem com o que é valorizado e visto como a norma pelas instituições educativas, estes tendem a ser desvalorizados e a fracassar no sistema.

No caso de bairros como o do Cerco do Porto, onde se concentram famílias em situação de pobreza estrutural e uma clara exclusão social, as escolas enfrentam desafios

acrescidos, tendo as instituições então que operar frequentemente em condições adversas, com carência ao nível de recursos humanos e na articulação com os serviços sociais e de saúde. Assim podemos afirmar que as desigualdades educativas são, assim, reflexo de desigualdades sociais mais profundas, que exigem uma resposta multidimensional e que envolva não só o sistema educativo mas também políticas de habitação, emprego e ação social.

### **2.3. A Comunidade Cigana em Portugal**

A comunidade cigana em Portugal é historicamente marginalizada e alvo de preconceito, apesar de estar presente no território nacional há mais de 500 anos, esta população continua a enfrentar elevadas taxas de exclusão social, precariedade habitacional e discriminação no acesso à saúde e emprego (Castro & Correia, 2009). No contexto educativo, os desafios são particularmente evidentes, onde os dados dos Censos de 2021 indicam que uma grande proporção das crianças e jovens ciganos abandonam precocemente a escola, muitas vezes ainda antes da conclusão do 2º ciclo, relativamente a estes dados, a experiência que sem obteve no decorrer do Estágio Curricular serve como exemplo de dados, visto que a maioria dos pais e/ou encarregados de educação de muitos dos alunos que abrangeram o trabalho, não tinham nem o 4º ano completo, havendo situações em que os filhos eram quem lia as cartas que chegavam a casa. Os fatores que contribuem para este cenário não são só os mencionados anteriormente de discriminação social e/ou educacional, mas sim também as diferenças culturais, nomeadamente o papel tradicional atribuído às raparigas e o valor atribuído à educação formal nas famílias.

Apesar destes desafios, têm emergido políticas e programas que visam promover a inclusão da população cigana, como o Programa “Escolhas” e o Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Não Discriminação. Contudo, muitos destes programas ainda enfrentam dificuldades em chegar eficazmente às comunidades, sobretudo quando não são desenvolvidos com a sua participação ativa.

### **2.4. Escola e Comunidade: Caminhos de Intervenção Positiva**

Para fazer face aos desafios da exclusão social e escolar, é fundamental promover uma maior articulação entre a escola, outras instituições de saúde, apoio social, legal, entre outros e a comunidade. As escolas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) assumem aqui um papel central, ao adotarem planos de melhoria baseados na

colaboração entre professores, famílias, mediadores culturais e instituições locais. A valorização da mediação intercultural e o envolvimento de associações da comunidade são estratégias reconhecidas por promoverem relações com base na confiança e comprometimento por facilitarem a permanência dos alunos no sistema de ensino. Projetos como o “cercar-te” sobre a égide do “Programa Escolhas” (já mencionado anteriormente) e promovido pelo “Espaço T” é localizado no Bairro do Cerco do Porto desde 2013 e tem como principal objetivo o reforço da igualdade de oportunidades, focando-se em contribuir para o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, cognitivas, profissionais e éticas de todos os jovens nele integrados, sendo este um projeto que oferece atividades desportivas, acompanhamento psicossocial entre vários outros com os objetivos previamente referidos.

Assim a escola, nestes contextos, é e deve ser um espaço de escuta, adaptação e criatividade no que toca à influência positiva na vida destes seres humanos, capaz de promover uma educação verdadeiramente transformadora, centrada na justiça social e no respeito pela diversidade.



### **3. Capítulo II - Caracterização da comunidade e das EB's abrangidas pelo estudo e investigação**

O Bairro do Cerco do Porto localiza-se na freguesia de Campanhã, uma das zonas mais desfavorecidas da cidade do Porto, tanto do ponto de vista económico como social. Construído na década de 60 como bairro de habitação social, o Cerco foi, ao longo das últimas décadas, alvo de várias políticas de realojamento promovidas pelas autarquias e pelo estado.

No que toca ao perfil sociodemográfico que seria o aspeto principal abordado no ponto "2.1", a população residente é maioritariamente oriunda de contextos socioeconómicos vulneráveis, com baixos níveis de escolaridade, elevadas taxas de desemprego e forte dependência de apoios sociais como o RSI (Rendimento Social de Inserção), por isso é então também uma zona marcada por fenómenos de exclusão social e fragilidade económica, com um elevado número de famílias monoparentais e muitos jovens em risco de abandono escolar, como será muito abordado ao longo deste projeto. Assim a presença de comportamentos de risco, como o tráfico e consumo de drogas, a falta de um grau razoável ou bom de educação, entre outros aspetos, também marcou parte da história do bairro, embora existam hoje vários esforços de requalificação e intervenção social positiva para melhorar estes aspetos referidos. No que toca a estes esforços existem várias entidades que neste momento estão ao dispor de fornecer apoio em vários sentidos a esta comunidade tal como a "Domus Social", sendo esta uma empresa municipal responsável pela gestão e reabilitação dos bairros sociais da cidade, temos também a associação "CRESCER" que desenvolve projetos de mediação intercultural, particularmente junto da comunidade cigana, que irei também abordar esse tópico mais a frente, com foco na promoção da escolaridade, igualdade de género e autonomia pessoal mas um dos principais pilares de intervenção na comunidade é a escola, pelo que foi visto e presenciado no Estágio realizado no Agrupamento de Escolas do Cerco, a escola, torna-se querendo ou não dos primeiros contactos duradouros que estas crianças e jovens têm com a norma e é lá que existe a "troca" de informações entre estas entidades que se esforçam para intervir positivamente na vida destas pessoas e estas mesmas pessoas que habitam na comunidade, então a escola neste caso não tem só um papel de educação formal mas sim promove projetos de inclusão social, sejam estes novos ou já existentes, como os que já exemplifiquei, combate o absentismo e fornece apoio psicossocial.

Existe também nesta comunidade não só habitacional, mas escolar também uma grande predominância da Etnia Cigana, no que toca às escolas, principalmente na Escola Básica do Cerco e na Escola Básica do Lagarteiro e claro na Escola Sede do Agrupamento. A realidade referida está profundamente ligada a políticas de realojamento ocorridas desde os anos 80 e 90, sendo estas políticas destinadas a eliminar habitações precárias e bairros de barracas, mas assim muitas famílias ciganas foram transferidas para bairros de habitação social como o Cerco, sem que houvesse, contudo, um acompanhamento estruturado que favorecesse a sua plena integração social e comunitária (Magano & Silva, 2000). Esta concentração espacial resultou num processo de segregação social e étnica, reforçando estigmas e dificultando a convivência intercultural (Castro & Correia, 2009). A nível nacional, diversos estudos têm apontado para a tendência de concentrar comunidades ciganas em espaços periféricos, o que contribui para a sua exclusão em termos habitacionais, educativos e laborais (Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, n.d.).

Para além das questões estruturais, estas práticas de realojamento deram origem a contextos de marginalização territorial e simbólica, frequentemente marcados por preconceitos e discriminação racializada e a perceção das próprias famílias ciganas em relação ao processo de realojamento revela sentimentos ambivalentes, oscilando entre a gratidão pela melhoria das condições habitacionais e a frustração por se sentirem afastadas da sociedade maioritária (Pinto & Monteiro, 2021).

#### **4. Capítulo III - Os problemas que efetivamente se apresentam e/ou o porquê de estes existirem**

A realidade social e educativa do Bairro do Cerco do Porto é marcada por um conjunto de vulnerabilidades estruturais que comprometem gravemente a equidade no acesso à educação, ao sucesso escolar e à plena integração social das crianças e jovens que o habitam, como já foi abordado nos pontos anteriores deste projeto. A observação direta durante o Estágio Curricular, aliada a contactos privilegiados com profissionais da área educativa e social, bem como a análise e elaboração de documentos internos das escolas do Agrupamento de Escolas do Cerco, permitem afirmar que a irregularidade de assiduidade, o absentismo persistente e a frágil valorização da escola por parte de muitos encarregados de educação são sintomas de problemas mais profundos e enraizados.

As políticas de realojamento previamente mencionadas no projeto, apesar de bem-intencionadas, acabaram por perpetuar lógicas de “guetização” ou “ghetoização” e exclusão (Santos, 2016). A Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC) reconhece aliás, que a concentração territorial e a falta de acompanhamento sistemático são fatores que dificultam a inclusão e a integração social desta comunidade, contribuindo para fenómenos como o abandono e insucesso escolares (ACIDI, 2013).

O absentismo escolar, recorrente entre os alunos de famílias em situação de exclusão social, muitas das quais pertencentes à comunidade cigana, é frequentemente lido de forma redutora e punitiva pelas instituições educativas, como um simples desrespeito pela norma escolar ou incumprimento legal. Contudo, uma análise mais profunda permite compreender que este fenómeno é uma manifestação complexa de múltiplos fatores de risco pré-existentes à entrada destas crianças no sistema educativo: baixos níveis de escolaridade parental, precariedade habitacional, fraca literacia, desemprego estrutural, dependência de prestações sociais, vivências culturais divergentes da norma escolar dominante e acima de tudo, ausência de confiança nas Instituições do Estado. Como sublinha o estudo do Observatório das Comunidades Ciganas (2014), o percurso escolar de muitas crianças ciganas caracteriza-se por altos níveis de absentismo, repetições e abandono precoce. Apesar das verbalizações de valorização da escola por parte dos pais, estas nem sempre se traduzem em práticas efetivas de acompanhamento ou de incentivo à frequência escolar. Como exemplo disto que foi acabado de afirmar uma solução

previamente obtida foi através da negociação com um mediador cultural no AECP, onde os alunos mais velhos da comunidade ou por vezes os parentes destes, iriam a casa de conhecidos/amigos ou familiares, para os acordar e todos irem juntos para a escola. Esta foi uma solução provisória para o absentismo e o problema da assiduidade que durou pouco tempo, pois passado o prazo estipulado por ambas as partes, o mediador da comunidade disse que se iria abster de fazer algo do género novamente. Esta situação pessoal estudada e presenciada por várias pessoas e profissionais envolvidos, prova que apesar de os pais realmente quererem o melhor para os seus filhos e mostrarem isso, por vezes o que falta é um acompanhamento regular em certos aspetos da rotina destes alunos e mais que apenas alunos, crianças e também o necessário incentivo à frequência escolar, onde como os amigos e familiares já iriam às aulas por estarem a ir buscar os outros a casa, estes sentiam que era o normal e o que deveriam fazer também. Este desfazamento entre o discurso e a prática deve ser lido no contexto de uma relação histórica de desconfiança com o sistema educativo, entendido muitas vezes como um espaço de imposição de valores alheios à identidade cigana (Santos, 2016).

Neste sentido, a questão da assiduidade não deve ser abordada apenas como um problema administrativo, mas sim como uma responsabilidade parental inalienável com implicações profundas no processo de socialização, desenvolvimento pessoal e inclusão futura das crianças (Cortesão & Stoer, 2005). A ausência reiterada de crianças na escola representa uma violação do seu direito à educação e ao bem-estar, conforme estabelecido na Lei nº 51/2012 (Estatuto do Aluno e Ética Escolar), no Decreto-Lei nº 54/2018 (Educação Inclusiva) e na Lei nº 147/99 (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, com redação atualizada pela Lei nº 142/2015) (Diário da República Eletrónico, s.d.).

A sinalização de situações de absentismo à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) deve, no entanto, ser feita com ponderação e clareza. Em muitos casos, a criança não é responsável pela sua ausência e vive num contexto em que as estruturas familiares carecem de competências parentais ou enfrentam constrangimentos materiais e culturais que dificultam o cumprimento das obrigações educativas. O art. 3º da Lei 147/99 refere que uma criança está em perigo quando os seus direitos fundamentais são ameaçados, sendo a privação do acesso à educação um exemplo paradigmático desta situação. Ainda assim, há uma certa hesitação por parte das instituições em classificar estas situações como “de perigo” e não apenas de “risco”, perpetuando-se intervenções tímidas e pouco eficazes. Segundo a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das

Crianças e Jovens (CNPDPJ), as situações de risco devem ser alvo de uma intervenção integrada e preventiva, envolvendo diferentes atores sociais e com medidas concretas de apoio às famílias, como o Rendimento Social de Inserção (RSI), habitação social, projetos de parentalidade positiva e mediação intercultural. No entanto, os relatos dos profissionais em campo indicam que muitas dessas medidas carecem de continuidade, avaliação e respaldo político. A intervenção social ainda é, por vezes, marcada por uma lógica assistencialista, caritativa, sem metas claras de transformação estrutural e por outro lado, a concentração de populações vulneráveis em territórios socialmente desfavorecidos, sem um investimento paralelo em infraestruturas, educação e apoio psicossocial, transforma os estabelecimentos de ensino em instituições sobrecarregadas, com poucos recursos para lidar com a complexidade do contexto (Santos, 2016).

Apesar de existirem documentos legais que suportam uma atuação mais proativa e inclusiva, como a Resolução do Conselho de Ministros nº 154/2018 (Plano Nacional de Implementação da Garantia para a infância), a articulação entre escola, CPCJ, autarquias, IPSS e outros organismos de primeira linha continua a ser um desafio. Daí a necessidade e vontade que se obteve de referir este assunto e tema como trabalho para o presente projeto, tornando-se então, imprescindível definir um guião de ação concertada, que envolva a sociedade civil, os decisores políticos e os representantes das comunidades locais, com vista a uma mudança sustentada e participada.

Por fim, não querendo deixar de mencionar uma dimensão mais humanística deste tópico, onde, até aqui foram mencionadas questões políticas, sociais, burocráticas entre outros, mas agora, mencionando o importante e o principal objetivo de todo este trabalho, estas crianças. Cada criança ausente é uma oportunidade de vida comprometida. A escola não é apenas um lugar de ensino formal, é um espaço de pertença, de construção de identidade, de cidadania. A exclusão escolar precoce tem efeitos duradouros que se repercutem no futuro pessoal e profissional destas crianças, mas também no tecido social como um todo. Combater o absentismo é, por isso, um imperativo ético e político que exige coragem, compromisso e empatia. Desta forma, é esperado deixar claro o foco deste trabalho ser estas crianças, o seu futuro, as suas oportunidades e tudo o que isso engloba e não um trabalho focado em erros, faltas de comunicação ou outros aspetos aqui abordados.



## **5. Capítulo IV - Contribuição Empírica**

### **5.1. Objetivo Geral**

O objetivo central deste estudo é compreender a realidade social e educativa do Bairro do Cerco do Porto, analisando de que forma a abordagem institucional face às dificuldades e obstáculos existentes afeta a trajetória pessoal e profissional das crianças e jovens aí residentes. Pretende-se refletir sobre a forma como as práticas desenvolvidas pelas diferentes entidades, educativas, sociais e comunitárias, contribuem, positiva ou negativamente, para os processos de inclusão, desenvolvimento e autonomização das crianças e jovens deste território.

### **5.2. Objetivos Específicos**

- Identificar os principais obstáculos e barreiras enfrentadas pelas crianças e jovens do Bairro do Cerco ao longo do seu percurso escolar de acordo com o ponto de vista e experiência de cada profissional envolvido nesse percurso;
- Analisar criticamente as práticas institucionais de atuação neste território, verificando em que medida são promotoras de inclusão ou, pelo contrário, reprodutoras de exclusão;
- Recolher perspetivas de profissionais de diversas áreas (educação, ação social, psicologia, educação social, entre outras) sobre o que consideram estar em falha no sistema atual, o que carece de mudança e o que tem resultado positivamente;
- Promover a emergência de uma leitura crítica, intersectorial e situada sobre os desafios e potencialidade do contexto educativo e social do Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto.

### **5.3. Metodologia**

#### **5.3.1. Metodologia da Investigação**

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, alinhada com o paradigma crítico. A investigação qualitativa permite uma análise aprofundada dos significados, perceções e interpretações dos atores sociais envolvidos, sendo particularmente adequada quando se pretende compreender fenómenos complexos e socialmente contextualizados (Bogdan & Biklen, 1994). O paradigma crítico assume-se como mais apropriado, na medida em que privilegia uma postura reflexiva, questionadora e transformadora, não se limitando à

descrição da realidade, mas procurando intervir sobre ela, ao identificar injustiças e desigualdades estruturais (Kincheloe & McLaren, 2011). Este posicionamento ético e político orienta a investigação para a promoção da justiça social, sendo coerente com os princípios de educação inclusiva e da intervenção comunitária crítica. Sendo assim, a natureza deste estudo é simultaneamente exploratória, pela necessidade de aprofundar uma realidade pouco investigada no contexto específico abordado, e descritiva, no sentido em que se pretende mapear práticas e dinâmicas institucionais, dando visibilidade às vozes dos profissionais envolvidos.

### **5.3.2. Métodos, Técnicas de Recolha e Análise de Dados**

A técnica principal de recolha de dados será a entrevista semiestruturada, aplicada a profissionais de diferentes áreas que intervêm, direta ou indiretamente, no percurso educativo e social das crianças e jovens do Agrupamento de Escolas do Cerco. Estas entrevistas visam captar as experiências profissionais, perceções e sugestões de melhoria dos participantes, permitindo uma análise rica, contextualizada e crítica. O guião das entrevistas será construído de forma flexível, abordando dimensões como: obstáculos enfrentados pelos jovens, eficácia das medidas institucionais, articulação interprofissional e propostas de mudança.

A análise dos dados será realizada através da análise de conteúdo, considerando os temas recorrentes, os padrões de discurso, a densidade argumentativa das respostas e até o grau de abertura e espontaneidade dos entrevistados. Esta técnica possibilita a categorização e interpretação das falas, respeitando a complexidade dos discursos e valorizando os significados atribuídos pelos participantes (Bardin, 2011).

### **5.3.3. Amostra e Participantes**

A amostra será constituída por pelo menos 20 profissionais, abrangendo diferentes perfis ligados ao sistema educativo e social local: professores, educadores sociais, assistentes sociais, psicólogos, técnicos de RSI, entre outros.

A seleção dos participantes será feita por amostragem intencional ou proposital, uma vez que se pretende entrevistar sujeitos que possuam conhecimento direto e profundo da realidade educativa do Agrupamento, com base na sua experiência profissional.

Critérios de Inclusão:

- Profissionais no ativo que desenvolvem ou desenvolveram trabalho no Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto;
- Disponibilidade de participar voluntariamente na entrevista;
- Compromisso com a confidencialidade e consentimento informado.

#### Critérios de Exclusão:

- Profissionais que estejam envolvidos noutros estudos semelhantes ou não, mas que possam de alguma forma gerar interferência nos resultados obtidos;
- Profissionais que manifestem receios quanto à preservação do anonimato e que, por esse motivo, se inibam de participar com total liberdade e honestidade;
- Recusa em assinar o consentimento informado.

#### **5.3.4. Procedimentos**

O estudo será submetido à apreciação e autorização do Conselho de Ética da Universidade Fernando Pessoa, de forma a garantir o cumprimento dos princípios éticos da investigação científica, especialmente no que diz respeito à proteção de dados e ao respeito pelos direitos dos participantes.

Será igualmente solicitado parecer e autorização formal ao Diretor do Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto, podendo eventualmente ser necessário contactar outras entidades, como a Direção-Geral da Educação ou o Ministério da Educação, dependendo do grau de formalidade exigido.

O contacto com os profissionais será realizado presencialmente, com base na relação pré-existente entre o investigador e a comunidade educativa. Esta proximidade facilita o acesso ao terreno, promove um ambiente de confiança e favorece a criação de uma relação colaborativa.

Será garantido o consentimento informado de todos os participantes, através de um formulário escrito, complementado por explicações verbais sobre os objetivos e procedimentos do estudo. O anonimato será salvaguardado, não sendo recolhidos dados como nome, idade ou género, apenas será identificada a área profissional do entrevistado.

As entrevistas serão gravadas com autorização expressa e posteriormente transcritas, respeitando o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

### **5.3.5. Resultados Esperados**

Espera-se que esta investigação contribua para um conhecimento mais aprofundado sobre os desafios vividos no contexto do Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto, revelando obstáculos concretos, experiências vividas pelos profissionais e mecanismos institucionais que possam estar a reproduzir desigualdades.

Prevê-se que as entrevistas evidenciem pontos de convergência e divergência, tanto ao nível das perceções como das propostas de ação. Esta diversidade de opiniões poderá permitir a construção de uma visão intersectorial e integrada sobre os problemas existentes e as estratégias de mudança desejáveis. O estudo poderá ainda identificar temas estruturantes, como a falta de articulação entre serviços, o peso do estigma associado ao território, a sobrecarga profissional ou a dificuldade em implementar práticas verdadeiramente inclusivas. Pretende-se também detetar boas práticas e experiências bem-sucedidas, valorizando os recursos existentes.

É provável que emergem padrões de resposta relativamente a certos obstáculos estruturais, como o absentismo escolar, a desvalorização da educação por parte de alguns contextos familiares, a escassez de recursos e apoios institucionais, a rotatividade e sobrecarga dos profissionais, bem como práticas institucionais que, ainda que não intencionalmente, perpetuam a exclusão e a estigmatização de determinadas populações, nomeadamente da comunidade cigana. Espera-se também que as entrevistas revelem a existência de práticas educativas mais humanizadas e inclusivas promovidas por alguns profissionais, evidenciando boas práticas que podem ser replicadas.

Outro resultado previsível será a identificação de sentimentos de frustração, impotência ou cansaço por parte dos técnicos, associados à rigidez dos sistemas administrativos e à escassa articulação entre entidades. Simultaneamente, espera-se recolher relatos que demonstrem resiliência, dedicação e estratégias inovadoras adotadas individualmente para mitigar os efeitos das desigualdades.

Do ponto de vista mais subjetivo, antecipa-se que o tom das respostas possa variar entre um discurso mais reservado e institucional, e outro mais livre e emocional, dependendo do grau de envolvimento e segurança transmitido durante a entrevista. Espera-se também verificar alguma uniformidade nas opiniões dentro dos mesmos grupos profissionais, ainda que com nuances associadas à experiência individual de cada entrevistado. Esta diversidade de posicionamentos permitirá não apenas enriquecer o conteúdo da análise,

mas também identificar áreas de convergência e de dissonância entre diferentes atores educativos.

No seu conjunto, estas previsões apontam para a obtenção de dados que poderão, não só refletir com profundidade a realidade vivida no terreno, como também contribuir para a identificação de lacunas, de necessidades e de oportunidades de intervenção social e educativa mais eficazes e ajustadas ao contexto.

A nível académico e social, o objetivo é que este trabalho possa servir de base para investigações futuras ou prévias e para reflexões em outras entidades e contextos institucionais, como autarquias, CPCJ, centros escolares, serviços de ação social ou técnicos de RSI até. O seu potencial está em contribuir para um movimento de consciencialização, crítica construtiva e transformação coletiva.

### **5.3.6. Aspetos a considerar para futuras investigações**

Em primeiro lugar, recomenda-se o alargamento da amostra a outros agentes educativos, nomeadamente a crianças e jovens diretamente envolvidos neste contexto, bem como às famílias. A presente investigação foca-se numa perspetiva profissional, essencial para compreender as dinâmicas institucionais, mas as vozes dos destinatários finais das práticas educativas são fundamentais para uma abordagem mais humanizada.

Em segundo lugar, sugere-se o alargamento geográfico da investigação a outros bairros e contextos urbanos com características socioeconómicas semelhantes. A replicação da metodologia em diferentes territórios pode permitir uma análise comparada dos obstáculos e práticas institucionais, contribuindo para a identificação de padrões estruturais e para a construção de políticas públicas mais ajustadas e contextualizadas.

De seguida, do ponto de vista metodológico, futuras investigações poderiam beneficiar da utilização de metodologias mistas, aliando a análise qualitativa (como a que foi proposta neste projeto) com dados quantitativos que permitam medir, por exemplo, indicadores de absentismo, retenção escolar, adesão a programas sociais ou sucesso académico/profissional ao longo do tempo.

Outro aspeto a considerar prende-se com a necessidade de aprofundar a análise das políticas públicas e dos dispositivos legais em vigor, refletindo sobre o modo como estas condicionam a ação dos profissionais e impactam as trajetórias dos jovens. Neste sentido, investigações futuras poderão cruzar os dados empíricos com análises aprofundadas da

legislação, planos de ação e orçamentos destinados a comunidades vulneráveis, como forma de evidenciar a presença (ou ausência) de uma ação política equitativa e eficaz.

Por fim, mas não menos importante, quer-se destacar o foco na ética do cuidado, da escuta ativa e do compromisso social. A produção científica neste campo não se deve limitar à descrição de realidades complexas, mas deve assumir um papel transformador, potenciando a construção de comunidades mais inclusivas e justas. O diálogo interdisciplinar, a aproximação entre academia e terreno e a partilha de conhecimento dos próprios atores locais devem ser objetivos estruturantes para qualquer investigação que pretenda contribuir para a justiça social e para a equidade educativa.

## **6. Conclusão**

O presente projeto de graduação centra-se na compreensão da realidade social e educativa do Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto, com especial atenção às crianças e jovens que nessa área vivem e se desenvolvem. Através de uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada no paradigma crítico, procura-se não só identificar os principais obstáculos enfrentados ao longo das trajetórias pessoais e profissionais, mas também analisar as práticas institucionais que, direta ou indiretamente, moldam essas experiências. A inclusão de múltiplos profissionais das diversas áreas que atuam no contexto educativo, desde professores a assistentes sociais, psicólogos e técnicos de reinserção, permite uma visão plural e aprofundada, capaz de captar tanto as fragilidades como as potencialidades presentes no terreno.

Este trabalho revela a complexidade inerente a contextos sociais marcados por vulnerabilidades e desigualdades, onde as respostas institucionais podem oscilar entre práticas inclusivas e excludentes. Mais do que identificar problemas, o projeto visa contribuir para uma reflexão crítica e a melhoria das intervenções, promovendo um diálogo construtivo entre os diferentes atores. A investigação a que se propõe, assim, é um instrumento de mudança, apontando para a necessidade de estratégias mais integradas, coesas e ajustadas às realidades locais, com foco no desenvolvimento integral das crianças e jovens.

Por fim, espera-se que este estudo sirva de base para futuras investigações e para a implementação de políticas e práticas que promovam a equidade, o respeito e o sucesso educativo e social nestas comunidades e em contextos similares. A partir do reconhecimento das dificuldades, mas também das potencialidades, torna-se possível avançar na construção de um ambiente mais inclusivo, onde o direito à educação e à dignidade sejam garantidos a todos.



## 7. Referências Bibliográficas

Alves, N. (2012). Escola e desigualdades sociais: A seletividade do sucesso e do insucesso escolar. Porto Editora. <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/10120/10123.pdf>

Associação Portuguesa de Sociologia. (2006). Territórios de pobreza e exclusão: Uma análise das representações sociais sobre bairros de realojamento (Relatório Final, Universidade do Minho). [https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462dc7e530d4e\\_1.pdf](https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462dc7e530d4e_1.pdf)

Bardin, L. (1977, 2011). Análise de conteúdo (Edição revista e atualizada). Lisboa: Edições 70.

Booth, T., & Ainscow, M. (2002). Index for inclusion: Developing learning and participation in schools (2nd ed.). Centre for Studies on Inclusive Education. (Relatório feito pelos autores para o Centro de Estudos de Inclusão na Educação) <https://www.eenet.org.uk/resources/docs/Index%20English.pdf>

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora.

Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. In J. Richardson (Ed.), Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education (pp. 241–258). Greenwood. [https://home.iitk.ac.in/~amman/soc748/bourdieu\\_forms\\_of\\_capital.pdf](https://home.iitk.ac.in/~amman/soc748/bourdieu_forms_of_capital.pdf)

Castro, A., & Correia, A. (2009). Ciganos e precariedade habitacional: Uma aproximação à realidade em Portugal. Consultado em [11/06/2025] <https://ciganosterritoriohabitat.blogspot.com/>

Cortesão, L., Stoer, S., Casa-Nova, M. J., & Trindade, R. (2005). Pontes para outras viagens: Escola e comunidade cigana – Representações recíprocas. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. (No “google scholar” tem a versão online do livro) [https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=s3oBjvsF3oMC&oi=fnd&pg=PA5&dq=Pontes+para+outras+viagens:+Escola+e+comunidade+cigana&ots=vCM02r33JD&sig=ydx3rzHpYTcRD3PoPGxpMQa9NiY&redir\\_esc=y#v=onepage&q=Pontes%20para%20outras%20viagens%3A%20Escola%20e%20comunidade%20cigana&f=false](https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=s3oBjvsF3oMC&oi=fnd&pg=PA5&dq=Pontes+para+outras+viagens:+Escola+e+comunidade+cigana&ots=vCM02r33JD&sig=ydx3rzHpYTcRD3PoPGxpMQa9NiY&redir_esc=y#v=onepage&q=Pontes%20para%20outras%20viagens%3A%20Escola%20e%20comunidade%20cigana&f=false)

Diário da República Eletrónico. (s.d.). Diário da República: Legislação e atos oficiais da República Portuguesa. Recuperado em [11/06/2025], de <https://diariodarepublica.pt/dr/home>

Kincheloe, J. L., & McLaren, P. (2011). Rethinking critical theory and qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The Sage Handbook of Qualitative Research* (4th ed., pp. 163–177). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Magano, O., & Silva, A. (2000). A integração/exclusão social de uma comunidade cigana residente no Porto. (Investigação realizada por Sociólogas da CMP e da Universidade Aberta) <https://www.researchgate.net/publication/272153016>

Malheiros, J., & Esteves, A. (2013). Comunidades ciganas e exclusão social: Dinâmicas sociais, mobilidades e intervenções locais. In Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI). Disponível em: [https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/38904/1/MalheirosEsteves\\_2013\\_acesso%20aberto.pdf](https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/38904/1/MalheirosEsteves_2013_acesso%20aberto.pdf)

Pinto, M., & Monteiro, D. (2021). As vivências e perceções da comunidade cigana no seu processo de realojamento [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório UCP. <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/45229>

Santos, T. R. (2016). Educação, comunidades ciganas e inclusão: Um estudo de caso com jovens ciganos/as em contexto escolar (Revista de Sociologia publicada pela Universidade do Minho). Disponível em: [https://repositorium.uminho.pt/bitstream/1822/46159/1/vers%C3%A3o%20integral\\_n%C2%BA18.pdf](https://repositorium.uminho.pt/bitstream/1822/46159/1/vers%C3%A3o%20integral_n%C2%BA18.pdf)

## **8. Anexos**

### **Anexo A: Roteiro/Guião da Entrevista Semiestruturada**

Dados de Caracterização do Entrevistado (Não Identificadores)

- Área Profissional;
- Número de anos de experiência profissional;
- Relação com o contexto do Bairro de Cerco do Porto.

#### **Perguntas Orientadoras**

##### **1. Contextualização Profissional.**

- Pode descrever, de forma geral, o seu papel e funções no contexto em que trabalha?
- Há quanto tempo exerce funções ligadas ao Bairro do Cerco do Porto?

##### **2. Perceção da realidade social e educativa do território.**

- Como descreveria a realidade social e educativa das crianças e jovens que acompanha?
- Quais considera serem os principais desafios que estas crianças/jovens enfrentam no seu percurso escolar e pessoal?

##### **3. Obstáculos e Barreiras?**

- Na sua opinião, que fatores sociais, familiares ou institucionais mais condicionam o sucesso educativo destas crianças e jovens?
- Considera que existem práticas discriminatórias ou excludentes dentro do sistema educativo? Pode dar exemplos?

##### **4. Práticas institucionais e trabalho em rede**

- Como avalia a articulação entre os diferentes profissionais (educadores, psicólogos, técnicos de ação social, etc.)?

##### **5. Papel do profissional.**

- Que desafios sente, pessoal e profissionalmente, no exercício das suas funções neste contexto?

##### **6. Perspetivas de melhoria.**

- O que considera que poderia ser feito para melhorar a resposta institucional às necessidades destas crianças e jovens?
- Se pudesse mudar alguma coisa no sistema, o que seria?

##### **7. Considerações finais.**

- Há mais alguma questão ou reflexão que gostaria de partilhar no âmbito desta entrevista?

**Nota:** Todas as entrevistas seriam realizadas com consentimento informado e garantindo a total confidencialidade dos participantes.



## **Anexo B: Pedido de Autorização à Direção do Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto**

(Numa primeira instância a previsão de contacto seria via e-mail com intenção de futuramente uma possível reunião para esclarecimento de tudo e aprofundamento dos tópicos)

**Para:** Exmo. Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto,  
Manuel António Sousa Oliveira

**Assunto:** Pedido de Autorização para Realização de Estudo no Âmbito de Projeto de Graduação.

Venho por este meio, solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> autorização para a realização de um estudo de investigação no Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto, no âmbito do meu Projeto de Graduação da Licenciatura em Criminologia da Universidade Fernando Pessoa, sob a orientação da Professora Doutora Marta Matos.

O estudo intitula-se “Realidade Social e Educativa do Bairro do Cerco do Porto: Contributos para uma Intervenção Mais Inclusiva” e tem como objetivo compreender de que forma os obstáculos sociais e educativos influenciam os percursos pessoais e profissionais das crianças e jovens residentes nesta comunidade (social e educativa). Para tal, serão realizadas entrevistas semiestruturadas a profissionais do agrupamento, como professores, educadores sociais, psicólogos, assistentes sociais, técnicos de ação social e outros agentes educativos, garantindo-se total anonimato e confidencialidade dos dados recolhidos.

As entrevistas serão realizadas em horário e contextos previamente definidos com os participantes, não interferindo com o normal funcionamento das atividades escolares.

Mais se informa que este estudo respeita os princípios éticos de investigação em Ciências Humanas e Sociais, estando em curso o pedido de autorização à Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa.

Agradecendo, desde já, a atenção e colaboração de V. Ex.<sup>a</sup>, coloco-me inteiramente à sua disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Com os melhores cumprimentos,

Ricardo André Moutinho Valente,

Estudante da Universidade Fernando Pessoa



## **Anexo C: Pedido de Autorização à Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa**

**Para:** Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa

**Assunto:** Pedido de Parecer Ético para Projeto de Investigação

Exmos. Senhores(as),

Venho por este meio, solicitar o parecer da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa relativamente ao meu projeto de investigação, desenvolvido no âmbito da unidade curricular de Projeto de Graduação da Licenciatura em Criminologia, sob orientação da Professora Doutora Marta Matos.

O projeto tem como título “Realidade Social e Educativo do Bairro do Cerco do Porto: Contributos para uma Intervenção Mais Inclusiva” e tem como objetivo principal compreender a forma como os obstáculos sociais e educativos existentes nesta comunidade (social e educativa) afetam a trajetória pessoal e profissional das crianças e jovens que neste território residem.

Para concretização deste estudo, prevê-se a realização de entrevistas semiestruturadas a cerca de 20 profissionais de diferentes áreas (educadores sociais, professores, psicólogos, técnicos de ação social, entre outros) diretamente envolvidos na realidade educativa e social do Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto. Todos os participantes serão previamente informados dos objetivos do estudo e será garantido o anonimato, confidencialidade e consentimento informado, de acordo com os princípios éticos e deontológicos aplicáveis à investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Anexo a este pedido, envio a ficha do projeto de investigação e os modelos de consentimento informado a serem utilizados.

Agradecendo, desde já, a atenção e disponibilidade, subscrevo-me com elevada consideração.

Com os melhores cumprimentos,

Ricardo André Moutinho Valente,

Estudante da Licenciatura em Criminologia

Universidade Fernando Pessoa



## **Anexo D: DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO**

*Designação do Estudo (em português):*

-----  
-----

**Eu, abaixo-assinado, (nome completo do participante no estudo) -----**

-----, compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que serei incluído. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os objectivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

Foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro e de imagem) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 20\_\_

*Assinatura do participante no projecto:* \_\_\_\_\_

O Investigador responsável:

*Nome:*

**Assinatura:**